

SELETA

ORIGENS DO NATIVISMO PERNAMBUCO

Mário Melo

A colonização de Pernambuco teve princípios melhores que a das outras capitanias. Duarte Coelho não trouxe como colonos gente ruim. E sempre combateu a presença de degredados. Fidalgo que o era, veio com a sua família à capitania e fez-se acompanhar de luzida corte de fidalgos empobrecidos, como se pode ver da **Nobiliarquia Pernambucana**, de Borges da Fonseca. Fundou, a princípio, a vila de Igarauçu e, dois anos depois, a de Olinda, para sede da **Nova Lusitânia** — batismo que não pegou, de seu feudo.

Homem de descortino largo, não se meteu em aventuras de apresamento de aborígenes ou busca de jazidas. Procurou alicerçar na lavoura a riqueza de sua capitania. Incentivou e protegeu o cruzamento de colonos com os aliados tabajaras e fomentou a criação de engenhos de açúcar. Repelindo sempre os aventureiros, enforcando os malfeitores, foi atraindo da metrópole gente limpa e assim conseguiu que sua capitania atingisse o apogeu, sendo classificada como a que mais prosperou. Seguiram-lhe o exemplo seus descendentes.

No seguinte século era Olinda a mais importante vila do Brasil. São Vicente, que a antecederia, fora tragada pelo mar. A opulência da capital de Pernambuco, fruto de boa administração e da riqueza que lhe proporcionava o comércio do Brasil e do açúcar, era tal que rivalizava com Lisboa. Mais luxo do que em Lisboa, chegavam a dizer, provavelmente com algum exagero.

Não podiam, portanto, deixar de ser orgulhosos os olindenses com essa privilegiada situação. O Recife era apenas praia de pescadores e o porto de Olinda. Na vila, a administração pública, palácios, casas assobradadas de alvenaria, igrejas e mosteiros, a residência dos nobres da terra, dos ricos senhores de engenho que tinham ali mansão de luxo. No povoado, míseros casebres de pescadores, ordinariamente reinóis sedentários, que não se dedicavam ao cultivo do solo.

Veio inesperadamente a ocupação holandesa. Olinda caiu em poder dos invasores. Verificaram estes que a vila fora construída em local

inapropriado à defesa. Arrasaram-na e incendiaram-na. Fortificaram o Recife e aí se estabeleceram, por ser o porto. Durante o governo de Maurício de Nassau, edificou este, numa das ilhas que hoje formam a capital de Pernambuco, a cidade que viria a ser, como foi, a metrópole do domínio holandês no Brasil.

Com a retirada de Maurício de Nassau, que angariara simpatia dos pernambucanos, e a volta ao regime de pressão, desrespeitaram os habitantes as tréguas acertadas entre a Holanda e Portugal, que se libertara do jugo espanhol. E atiraram-se à luta, num esforço desesperado. Não contaram ostensivamente com a metrópole, jungida pelo tratado de tréguas e temente de ser atacada, ao mesmo tempo, pela Holanda e pela Espanha.

Depois de nove anos de guerra, guerra de extermínio, em que os pernambucanos tudo arriscaram e tudo perderam, foram os invasores definitivamente expulsos do Brasil, deixando-lhes a impressão, ante os minguados recursos da metrópole, de que nada deviam a esta e que poderiam mesmo adquirir independência política, pelo haverem vencido um dos povos mais fortes do mundo. Essa impressão era tanto mais arraigada quanto, durante a Insurreição, mandara a Coroa Portuguesa embaixadores à Holanda para negociarem a venda ou até a entrega de Pernambuco aos conquistadores, mediante a paz na Europa. E no período dessas negociações que a Holanda repelira, foram censurados publicamente os que estavam de armas na mão contra os invasores e até lhes fora dada ordem de prisão. Além disso, quando firmada a paz com a Holanda, embora vencedores os pernambucanos, sujeitou-se Portugal a pagar ao vencido uma indenização de guerra no valor de quatro milhões de cruzados, tributo que recaía fortemente sobre o Brasil, incidindo, em grande parte, sobre Pernambuco. Dois grandes exemplos ficaram, da guerra holandesa, no espírito dos pernambucanos da época: que eram povo forte, capaz de lutar contra qualquer potência aguerrida; que, sendo a Holanda república, havia também forma de governo sem rei.

Restaurado Pernambuco e reintegrado à coroa portuguesa, nova questão surgiu. A vila de Olinda fora arrasada e incendiada, em benefício da povoação do Recife, que atingira à categoria de metrópole do domínio holandês no Brasil; esta fora em parte destruída pelos próprios holandeses, por medida de guerra. Era preciso restaurar a capital da capitania de Pernambuco. Por Olinda se inclinavam os principais da terra, com o apoio do governador, então André Vidal de Negreiros, o inspirador da insurreição que deu cabo do domínio holandês e um dos generais da campanha. Pelo Recife se decidia o governador geral do Brasil, então

Francisco Barreto, que, embora não nascido na colônia, fora o comandante-chefe das forças insurretas. Em favor daquele, militavam argumentos tradicionalistas. Em prol deste, razões de ordem militar, de mais peso, sobretudo, porque já era o Recife praça fortificada, com os baluartes que deixaram os holandeses e o grande número de casas. Contudo, retroagiu o Recife à situação antiga de povoação de Olinda.

Refeitos dos principais males da guerra, voltaram os pernambucanos ao trabalho e cuidaram de reedificar Olinda. Pouco a pouco, como a Fenix lendária, foi ressurgindo das cinzas. E voltaram a ocupá-la os filhos da terra, orgulhosos de seus feitos e de sua fidalguia, ostentada em brasões de armas. Enquanto isso, os portugueses, dados mais à mercancia do que à agricultura, pela facilidade de acumular riqueza em mais breve tempo, começaram a estabelecer-se na povoação do Recife, onde, à beira do porto, abriam casas de negócio.

Veio a criação do bispado e o novo pastor trouxe o título de **Olinda**, onde já residiam oficialmente as autoridades, firmando assim a hegemonia da vila, que, automaticamente, subiu à categoria de cidade. Do Senado da Câmara de Olinda eram ordinariamente excluídos os recifenses, a pretexto de que não podiam as eleições em mercadores recair. O orgulho dos olindenses pelos seus títulos nobiliárquicos não tinha limites. Era com verdadeiro desprezo que tratavam aos mercadores do Recife, alcunhando-os de mascates, devido à profissão e às origens humildes com que a começavam, como vendedores ambulantes.¹ Por sua vez, desmedidos nos gastos, para sustento da ostensiva nobreza, muitos olindenses necessitavam de crédito, de adiantamentos e iam cair às mãos da usura, que se radicava na povoação, para onde corria o dinheiro que era

(1) "É posto que alguns portugueses para Pernambuco viessem que, já pela sua educação, já pelo seu nascimento e já pela índole de que eram dotados, faziam justiça aos naturais do País, e fraternalmente os tratavam, eram em número tão limitado, que se perdia no meio do turbilhão de aventureiros aurissendentos, que todos os anos, nus e miseráveis aportavam no hospitaleiro Pernambuco. Desta gente, pois, a mais abjecta de Portugal, ignorante, e sobremaneira mal educada, abundava esta Província. Chegando a Pernambuco, esses forasteiros conseguiam, a troco de algum trabalho pessoal, adquirir 4\$ ou 6\$000 rs; com este fundo compravam cebolas, alhos, etc., etc. e carregados destes gêneros saíam a vender pelas ruas e freguesias do interior. Deste giro mesquinho, se procediam bem e não se embriagavam continuamente, os seus patrícios (que tinham como eles principiado) os livraram fiando-lhes fazendas para venderem aos moradores do campo, e assim arvorados em mascates em breve aqueles estúpidos que em Portugal, nem para criados serviam, tornavam-se capitalistas, e esquecendo-se de seus princípios, julgavam-se superiores à nobreza do País, que tão benignamente os acolhera, e que, entregue ao honorífico trabalho agrícola, os honrava, e favorecia liberalmente em todas as ocasiões. Daqui se vê a razão por que os portugueses nos primeiros tempos foram denominados **mascates**". (Padre Antônio Gonçalves Leitão, **apud** Fernandes Gama, **Memórias Históricas da Província de Pernambuco**, IV, págs. 56/57).

perdulariamente esbanjado na cidade.² Odiavam-se recifenses e olindenses. Em surdina guerreavam-se. Tudo fazia o Recife por libertar-se da tutela dos nobres.

(**Afirmações Nacionalistas: a Guerra dos Mascates**, in "Anais do Terceiro Congresso de História Nacional", vol. 5, pp. 619 a 624. Publicação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1941)

(2) "Em poder desses forasteiros ou mascates, residia todo o comércio; eles portanto eram os que supriam os engenhos, e também os únicos que recebiam as caixas de açúcar. No fim das safras cada senhor de engenho devia uma soma considerável ao mascate que o tinha suprido, e então este inflexível credor instantaneamente o apertava, dando-lhe a escolher, ou pagar-lhe no ano seguinte o duplo do que devia, ou entregar o açúcar a 400 rs cada arroba, açúcar este que ele remetia aos seus correspondentes à razão de 1\$400 rs. Quaisquer destes dois negócios arruinava infalivelmente o miserável agricultor; mas tendo os mascates monopolizado a compra dos açucares, outro remédio não tinham os tristes pernambucanos que sujeitarem-se à vontade do opressor europeu. Desta sorte, em poucos anos tornaram-se os mascates grossos capitalistas e em vez de seguirem as pisadas dos primeiros que para Pernambuco vieram (que só do comércio cuidavam) intrometeram-se nos negócios públicos, introduziram-se no Palácio dos Governadores e finalmente dispuseram-se para levarem a efeito o seu intento, isto é, aniquilar a Nobreza do País" (idem, págs. 57/58).